



REGIÕES TEMÁTICAS: VERTICALIDADES E UNIDADES PARCIAIS MULTIESCALARES

Célio Augusto da Cunha Horta
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar a “região temática”. Concebida *a priori* como ferramenta analítica e também como produto geopolítico do capital mundial, a região temática contém determinadas características da “geografia regional nomotética.” Todavia, não possui correspondência com as “regiões quantitativas”. A região temática deve, então, ser compreendida como uma opção conceitual indutora de importantes e renovados procedimentos geográficos de interpretação. No conjunto, valoriza-se a perspectiva dialética, tópica, transescalar e analítica para os estudos regionais.

Palavras-chave: Região, Geografia, Nomotético, Ideográfico, Fato e Ferramenta.

Thematic regions: verticalites and multiscalar partial units

ABSTRACT

This article addresses the “thematic region”. Conceived *a priori* as an analytical instrument and also as a geopolitical consequence of world capital, the thematic region contains some characteristics of “nomothetic regional geography”. However, this region does not correspond to the specific regions of New Geography. The thematic region must, therefore, be understood as a conceptual option that induces important and renewed geographic interpretations. In general, the dialectical, topical, multiscale and analytical perspective for regional studies is presented.

Keywords: Region, Geography, Nomothetic, Ideographic, Fact and Instrument.

Será necessário utilizar doravante o conceito dos espaços alienados para designar regiões que devem ao exterior, não só a sua criação e a sua integração no mercado mundial, mas ainda a sobrevivência de sua organização (...) (Isnard, 1982, p.54-55).

Articulam-se espaços tanto para manter uma ordem como para subvertê-la (...) (Haesbaert, 2010, p.194).

INTRODUÇÃO

Continuam relativamente estagnadas, na Geografia, as discussões sobre a coerência interna e o papel contraditório da região no sistema capitalista mundial. Apesar do desenvolvimento epistemológico da Geografia nas últimas décadas (com as vertentes “Humanista” e “Crítica”) entende-se que, mesmo assim, pouco se avançou no campo dos estudos regionais e que permanece, por exemplo, uma opacidade das pesquisas que abordam a região como espaço reprodutor da ordem hegemônica e/ou como espaço de subversão da “lógica global”. Predomina também, na Geografia Humana, um distanciamento entre região e teoria geral.

Este artigo trata da questão regional na Geografia com o objetivo de destacar a “região temática” concebida, no caso, como ferramenta analítica e também como produto geopolítico do capital mundial. Ademais, a denominada região temática contém similaridades com determinados princípios da “geografia regional nomotética” e deve, portanto, ser compreendida como uma opção conceitual indutora de importantes procedimentos de interpretação. Parte-se do pressuposto de que as características metodológicas da Geografia regional nomotética favorecem articulações disciplinares seletivas, assim, correlações entre geografia regional e geografia política foram destacadas.

Importa registrar que não está proposto o resgate dos métodos neopositivistas e nem a retomada das “tradicionais” sínteses geográficas. Também não está delineada qualquer correspondência com a região (“quantitativa”) “classe-área”. Contrariamente, sinaliza-se para uma abordagem regional tópica, dialética, transescalar e analítica. Desta forma, para tratar da região temática reuniram-se, na primeira parte, algumas ideias sobre a relação da Geografia Regional com a Geografia Geral. Na segunda parte estão referenciadas conexões entre as “imposições verticais” e a reprodução multiescalar das regiões. Esta reflexão prossegue, na terceira parte, adicionada de fundamentos da Geografia regional nomotética e, de maneira complementar, apresentam-se, como uma alternativa metodológica (ou mesmo como exemplo), vínculos entre a Geografia Política e a Geografia Regional.

Ao longo deste artigo, desenvolvem-se conjuntamente os conceitos de “região temática” e de “Geografia regional nomotética.” Espera-se, ao final, que elaboração destas ideias contribua com a revalorização da região e da Geografia Regional e também exerça influência positiva nos campos de conhecimento que lidam com o espaço geográfico.

GEOGRAFIA REGIONAL E GEOGRAFIA GERAL: DIÁLOGO INTERROMPIDO?

Havia, anteriormente, maior proximidade entre a Geografia Geral e a Geografia Regional: a “passagem de uma para a outra era muito simples, graças à ideia de uma causalidade fundada no ‘concreto’ que estava na base desses dois ramos da Geografia.” (Santos, 1978, p.8). Milton Santos critica os antigos trabalhos

geográficos por entender que permaneceram centrados apenas nas “relações de causalidade”, mas salienta:

(...) todas as tentativas que conduzem ao conhecimento e, se possível, à interpretação de um espaço dito geográfico têm como referência ou ponto de partida o arcabouço teórico fornecido pela Geografia Geral. Quanto mais adiantada esta estiver, mais o pesquisador dominará o seu assunto, mais resultados obterá em seu estudo regional (...). (Santos, 1978, p.7).

Contudo, para Santos (1978, p.8-10) o processo de desconexão entre a Geografia Regional e a Geografia Geral resultou, dentre outros, de uma situação em que a “região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna”.ⁱ Não é intenção tratar da separação entre Geografia Regional e Geografia Geral, nem mesmo discutir se a região, nos dias atuais, corresponde a um conceito válido ou ultrapassado.ⁱⁱ A região, como concretude e abstração mental, comparece então envolvida por parâmetros conceituais que contribuem para a fundamentação dos propósitos metodológicos assumidos neste artigo.

Assim, cabe destacar que nos primórdios da “Geografia Regional Moderna” Alfred Hettner (1904) já assinalava que não deveria existir dicotomia entre ciência geral e regional. Para ele, uma se nutre da outra e ambas deveriam ocupar-se de fenômenos gerais e particulares (Bezzi, 2004). Rui Moreira (2000) ressalta que para Hettner, por meio dos estudos regionais, constrói-se a síntese geográfica. A região, desta forma, representa a síntese do mundo, suscita a unidade dos aspectos físicos com os aspectos humanos e, também, a conjunção da Geografia tópica com a Geografia Regional:

Chega-se à síntese regional por intermédio da interação entre a geografia sistemática, parte da geografia encarregada de realizar a análise dos fenômenos no seu plano tópico, e a Geografia Regional, a verdadeira geografia, e que serve a primeira, ao mesmo tempo que impõe-lhe a necessária unidade sintética. (Moreira, 2000, p.142).

Não obstante, Yves Lacoste (1997, p.64) afirma que, por outro lado, a “região síntese” de Paul Vidal de La Blache “se tornou um poderoso *conceito-obstáculo* que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações.” Lacoste (1997) critica, inclusive, a despolitização da Geografia regional clássica francesaⁱⁱⁱ e Bezzi (2004, p. 68-69) ressalta que a “síntese regional passou a ser, para os possibilistas, a essência de suas preocupações (...) criou-se

uma noção de região despolitizada e desintegrada economicamente do resto do mundo.”

Em contrapartida, Lacoste (1997, p.65) defende que “seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política (etimologicamente, região vem de *regere*, isto é, dominar, reger)”. Segundo Haesbaert (2010, p.22) essa noção regional, vinculada à raiz do termo, *regere*, “acabou gradativamente perdendo terreno, o que provavelmente explica a relativa perda de importância do conceito de região para o entendimento de processos socioespaciais ligados à esfera do político (...).”

Ao centrar boa parte de sua reflexão em defesa de uma Geografia Sistemática (ou Tópica) cientificamente aplicada aos estudos regionais, Richard Hartshorne (1978) contribuiu para o desenvolvimento geral da Geografia. Não parece seguro afirmar que (por influência de Hettner?)^{iv} havia nas proposições de Hartshorne, somente a intencionalidade pela construção de “sínteses geográficas”, pois, Hartshorne defendia a realização dos estudos nomotéticos sem negar, portanto, o valor das monografias idiográficas.^v Armando Corrêa da Silva (1978, IX) ressalta que

na medida em que sua metodologia e interpretação do objeto do conhecimento geográfico o levam a estabelecer a possibilidade de medida do real, caminho esse que possibilita a elaboração de padrões espaciais, Hartshorne não é apenas um portador da tradição clássica (...) porque o padrão espacial é uma preocupação básica dos modernos (...).

Hartshorne (1978, p.173) advertiu para a equivocada e reducionista ideia que identifica os “estudos genéricos com os estudos tópicos e os estudos idiográficos com os estudos regionais.” Aponta para a superação deste dualismo e com base nas ideias de De Jong (1955) sobre “unidade horizontal” e “unidade vertical” Hartshorne (1978, p.142) apresenta o “método de integração parcial” para os estudos regionais na Geografia. Provavelmente, esses dois conceitos de unidade estão, respectivamente, correlacionados aos conceitos – do próprio autor - de “regiões formais” e “regiões funcionais”.

A definição de região formal de Hartshorne (1978) se aproxima, grosso modo, da concepção clássica de região homogênea (com os vários componentes geográficos internos conformando uma coerência interna). A região funcional está inclinada à abordagem nomotética; nessa perspectiva, uma única variável pode caracterizar uma unidade funcional o que, para Hartshorne induz, do ponto de vista metodológico, a realização das “integrações parciais”.^{vi} Assim, segundo Hartshorne (1978, p.144): “a região funcional não é uma generalização descritiva do caráter de uma área, mas a expressão de uma teoria de relações e processos, uma generalização em sentido lógico.” Sobre a “unidade vertical” Hartshorne

(1978, p.145) afirma que “sua unidade apresenta a estrutura da totalidade, sendo mais do que a soma de suas partes.”

Diferenciando-se de uma perspectiva regional integradora (e sintética) de múltiplos atributos geográficos, parte-se do pressuposto metodológico que se pode, então, *a priori*, localizar uma característica responsável, por exemplo, pela singularidade espacial, ou selecionar outra característica (ou a mesma) que tenha forte influência na coesão regional e/ou um atributo que contribua para explicar a contiguidade espacial. Esse procedimento seletivo, no entanto, não sugere desconsideração das tramas reticulares e nem ocultação das fragmentações territoriais.

INTERAÇÕES VERTICAIS E A REPRODUÇÃO MULTIESCALAR DAS REGIÕES

Segundo Hartshorne (1978) a Geografia Regional, além da perspectiva idiográfica, deve(ria) produzir conhecimentos por meio dos princípios nomotéticos (caminho posteriormente seguido em algumas das abordagens da Nova Geografia). Ressalte-se que a conjunção conceitual – não explícita pelo geógrafo - da “região funcional”^{vii} com a “unidade vertical” parecia revelar, até então, a preocupação com as novas tramas espaciais próprias do mundo Pós-Segunda Guerra. É provável que no seio dessas reflexões residam as bases conceituais de rede-regional ou de região-rede.

De qualquer modo, a ideia hartshorniana de integração parcial/unidade vertical para os estudos regionais sinaliza para um mosaico espacial que, nos dias de hoje, atinge maior complexidade. Portanto, uma análise regional temática deve considerar as novas tramas espaciais e suas interações verticais. Santos (1997, p.225) considera a coexistência contemporânea de dois arranjos espaciais: “(...) há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região.” Segundo o autor, tratam-se, assim das horizontalidades. E completa: “(...) há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*” (Santos, 1997, p.225). O autor afirma ainda que a dinâmica dos “fluxos universais” interfere na solidariedade interna das regiões, assim, as forças

centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização. Mas, em todos os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas. Essas forças centrífugas se dão em diversas escalas, a maior delas sendo o planeta tomado como um todo (...). (Santos, 1997, p.227-228).

Santos (1997, p.268) relaciona a composição das redes ao “funcionamento vertical do espaço geográfico contemporâneo”^{viii} e Ester Limonad (2010, p.12), ao expor o conceito de região-reticular, entende que as interações verticais organizam de forma diferenciada e complexa os diferentes espaços de produção, de vida e de trabalho. Assim, com o aprofundamento da divisão social e territorial

do trabalho e com a diversificação e especialização espacializada das unidades de produção, as regiões reticulares passam a atender mercados suprarregionais e internacionais. Segundo Limonad (2010, p.2) as interações horizontais estariam relacionadas aos processos socioespaciais pretéritos e, no entanto, as interações verticais “apontariam para a construção de novas formas de regionalização, que prescindiriam de continuidades e descontinuidades físicas”.

Limonad (2010, p.3) parte da hipótese de “que essas regiões reticulares não-euclidianas explicariam de certa maneira os fundamentos da divisão espacial do trabalho e o funcionamento da economia do sistema capitalista.” Conforme Limonad (2010) a região reticular se constrói por meio de interações verticais de interesses sociais, de simultaneidades temporais que propiciam interações espaciais variadas.^{ix} A “região reticular surge, assim, como uma possibilidade de percepção da complexidade do aprofundamento contemporâneo da divisão espacial do trabalho, e das interrelações que se estabelecem em diferentes escalas.” (Limonad, 2010, p.13).

Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p.199), com base em Milton Santos (1996, 1986), assinala que a região se define pela articulação entre verticalidade (ordens, comandos) e horizontalidade (cooperação, conflitos locais, cotidiano), entre fluxos e estrutura sócio-espacial; entre identidade/homogeneidade e a identificação (pela consciência social) do que é diferente ou oposto. Para Sandra Lencioni (2006, p.69) as “novas formas de se organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos vêm produzindo novos arranjos e dinâmicas territoriais. Dentre esses arranjos emerge a diluição da separação entre a cidade, de um lado, e a região, de outro.” Na concepção da autora “a cidade se tornou região.”

Segundo Lencioni (2006, p.71) a dinâmica da cidade-região *regionaliza* o espaço. Assim, “metropolização e regionalização apresentam unidade, pois o processo de metropolização, quando desenvolve a cidade-região, se constitui, também, num processo de regionalização.” A autora afirma ainda que na “cidade-região as descontinuidades fragmentam o território, fazendo-a parecer um arquipélago” e que o “limite territorial dessa cidade-região é fluido e difícil de delimitar, já que essa se constitui, por excelência, num espaço de fluxos pela presença de inúmeras redes interconectadas.” (Lencioni, 2006, p.73). Na cidade-região, o rural e o urbano (con)fundem-se e as “escalas entre o local, o regional e o global se integram de forma anastomosada, ou seja, se unem por meio de complexas e inúmeras ramificações que não estabelecem uma estrutura hierárquica.” (Lencioni, 2006, p.73).

Nessa direção, Haesbaert (2010, p.86) salienta que “Scott, juntamente com outros geógrafos, como Soja e Stoper, propõem a noção de ‘cidade-região-global’.” De acordo com o autor, é retomada a “velha máxima de que não é a região que faz a cidade, mas a cidade que faz a região, não é também o Estado-nação ou a empresa nacional que, de alguma forma, ‘comanda’ a estruturação regional, mas os circuitos (especialmente financeiros e comerciais) da globalização hegemônica”.^x (Haesbaert, 2010, p.86). Haesbaert (2010, p.89) assinala ainda que as cidades-regiões estão “envolvidas, em menor ou maior grau, com dilemas como a imigração ilegal, a miséria e a pobreza, a luta contra a degradação

ambiental, os reclames por direitos de cidadania em diversos níveis e a defesa das identidades culturais.” O autor salienta a importância de se “reconhecer a articulação (regional) dos espaços, em si mesma,” porém destaca que “muito mais importante do que analisar as formas e níveis de articulação é saber em função de que ordem sociopolítica ela é/foi construída (...)”. (Haesbaert, 2010, p.194).

Font e Rufí (2006) consideram que na (des)ordem geopolítica mundial pós Guerra Fria, várias regiões se configuram como “novas terras incógnitas”. Segundo os autores, o “mapa da África, de algumas regiões da Ásia, do Cáucaso, de muitas ilhas do Pacífico e do Índico, ou de algumas regiões do sub-continente indiano (...) encheu-se novamente de manchas brancas, de terras desconhecidas.” (Font e Rufí, 2006, p.153). São espaços (regiões? lugares? territórios?) desintegrados da lógica capitalista formal e global? Formam-se, desta maneira, redes-regionais subterrâneas e “paralelas” por meio da seleção do mercado mundial? Para Font e Rufí (2006, p.153) se tratam de regiões “que se afastam do mundo, que se ‘desmapearam’. Os dramas humanos que aí são vividos apenas são conhecidos no resto do mundo. A opacidade é, sem dúvida, uma das características mais evidentes destas novas terras incógnitas (...)”.

Com base no *Nono Espaço* de Moreira (2007, p.57) ^{xi} pode-se confirmar “uma ampla reestruturação do modo de organização e relacionamentos da sociedade e do espaço” Portanto, diante da constituição de espacialidades mais complexas, dos múltiplos territórios e das multiterritorialidades, da intensificação das interações verticais, etc. deve-se reconhecer a necessidade da (re)criação de novas abordagens geográficas. Para Haesbaert (2004, p.179) a multiterritorialidade “é consequência direta da predominância dos territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, sobre os territórios-zona, exclusivistas e contínuos (...)”. Benedetti (2009:s.p.) salienta que “ao abordar a *multiescalaridade geográfica*, o mapa regional deixa de ser um mapa compacto clássico onde as unidades são contíguas e cobrem todo o território, com limites fixos e únicos (...)”. Assim, segundo Flores (2000, p24):

O novo mapa do mundo inclui agora fenômenos de “territorialização” inteiramente novos na cena histórica, fenômenos de desenhos muito diferentes daqueles que organizavam uma geografia política de cartografia bem contornada pelas fronteiras. As fronteiras continuam a existir, mas os territórios que contêm, as histórias e as culturas que guardam têm agora de ser estudadas em relação à intangibilidade, à invisibilidade dos jogos planetários de poder e saber.

Todavia não parece adequado considerar que o território tenha substituído a região, que os efeitos da “globalização” fragmentaram todos os espaços, dissolveram as regiões. No escopo, portanto, dos processos verticais multiescalares e da superposição de arranjos espaciais, Santos (1997, p.191) afirma que o “meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da

globalização” e que pelo “fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal” – mesmo que sua manifestação seja seletiva, parcial e pontual. Para Moreira (2006, p.21) o meio técnico-científico é “uma combinação variável, em suas formas no tempo, em meio natural, meio técnico e meio técnico-científico informacional (...)”.

Contudo, a “sincronização despótica” e a “racionalização espacial” (Santos, 1997, p.266-267) impostas pelas grandes firmas devem ser compreendidas, nos estudos geográficos, mais cautelosamente. Não que se negue o caráter hegemônico desses processos, ao contrário. Ao se desprezar as contradições socioespaciais corre-se o risco de corroborar com alguns dos parâmetros da (des)ordem totalitária e reprodutora de desigualdades crescentes. Entende-se que elaborações no campo da Geografia Regional devam ultrapassar, teoricamente (e não apenas ideologicamente), o discurso dominante: a quem interessa, por exemplo, formulações que apregoam a falência das teorias estruturalistas, a (suposta) crise do materialismo histórico e dialético, o fim da história, a diluição das fronteiras, a degeneração da região, a compressão do espaço?

Nesse sentido, a respeito das conexões multiescalares entre a globalização e (re)produção do espaço, Santos (1997, p.215) discorda de Roux (1980), autor que trata das “redes contra regiões”. Para Santos (1997), as regiões não estão sendo suprimidas pela produção de territórios reticulados; as redes desenvolvem-se articuladas (e superpostas) ao espaço regional e não no sentido de sua substituição (contrapostas). Segundo Santos (1997:268) “as redes são globais e, desse modo, transportam, o universal ao local.” Para Lencioni (2006, p.66) a “produção de um espaço global é produto da relação, historicamente determinada, entre uma forma global de se organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos. Nem a forma de produção e nem a rede de fluxos produzem um espaço global.” O espaço global “é produto da *relação* estabelecida entre ambos.” (Lencioni, 2006, p.66).^{xii}

No tocante às novas espacialidades e às novas articulações econômicas, em diferentes escalas, Limonad (2004, p.55) exemplifica com a “interação direta entre Porto Real (RJ-Brasil) e Wolfsburg (Alemanha – sede mundial da Volkswagen),” ou ainda entre “os Carajás na Amazônia e Londres, sede da empresa de com a “interação direta entre Porto Real (RJ-Brasil) e Wolfsburg (Alemanha – sede mundial da Volkswagen),” ou ainda entre “os Carajás na Amazônia e Londres, sede da empresa de cosméticos que adquire a produção indígena de castanha do Pará.” Assim, “de maneira figurativa podemos dizer que as distâncias longas se aproximam enquanto as próximas se distanciam”. (Lencioni, 2006, p.71). Jacques Lévy (2008, p.28) entende que, no geral, “os objetos e as idéias circulam melhor e mais rapidamente sobre o planeta” e que, então, os

lugares do mundo ficam mais próximos, mas, conforme uma métrica topológica, não tornam o mundo menor, senão maior, porque é constituído de redes que contêm mais nós, cada vez mais potentes e interligados. Quanto aos indivíduos, sua competência multiescalar e multimétrica dá

espessura nova à trama de base do espaço mundial. A menos se considerarmos que o espaço mundial se mede com o tamanho de seus vácuos, devemos admitir que a soma de seus componentes aumenta. A Terra encolhe, mas o mundo cresce. (Lévy, 2008, p.28).

Entre as “forças da globalização e de localização”, parece pertinente raciocinar em termos de (re)produção das regiões-rede (ou das redes-regionais), em escalas variantes, pois, de acordo com Milton Santos (1997, p.221), dessa correlação de forças, a “regionalização resultante é tanto o resultado de uma organização supranacional regulada, quanto o resultado local, à escala subnacional, das forças desencadeadas sob a égide do mercado (...)”. Todavia, devido à dinâmica global de articulação entre espaços zonais e reticulares, em diferentes escalas de reprodução econômica e de poder, Leila Christina Dias (2004, p.167) critica as concepções de rede de alguns dos discípulos de Saint-Simon, pois, as “redes de comunicação deixaram de ser percebidas como mediadores técnicos da mudança social, para se tornarem produtoras de relações sociais.” Assim, sobre a “despolitização” do conceito de rede, seguida pela apologia da técnica, Dias (2004, p.169) salienta que:

(...) as redes de transporte foram concebidas como fatores de desenvolvimento e de integração regional no melhor estilo do culto sansimoniano à rede. É urgente romper com esse paradigma que esvazia a dimensão política da região e oculta os sujeitos da ação (...).

Lencioni (2006) também discorda das ideologias que apresentam os processos sociais como determinados pelas técnicas, no caso, pelas redes técnicas. Para Lencioni (2006, p.67) “compreender a produção de um espaço global como sendo produzido pelas redes técnicas traz os mesmos limites de uma interpretação reduzida da emergência da sociedade industrial como sendo produto da utilização da máquina a vapor.”

Na visão de Santos (1997, p.215) a existência das redes é inseparável das relações de poder e, portanto, a “divisão do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço.” Milton Santos (1997:221) salienta ainda que “as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não-passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social.” As redes não são uniformes, num mesmo espaço pode haver superposição de redes (principais e secundárias) e registram-se desigualdades no uso e a diversidade do papel dos agentes no controle e regulação do seu funcionamento. (Santos, 1997, p.214).

Contudo, questiona-se um procedimento metodológico bastante banalizado na Geografia: a unilateralidade atribuída à fluidez, o descolamento frente aos fixos e, por conseguinte, a substituição (sem superposição) do espaço material pelo espaço virtual, pelo espaço cibernético, etc.. Porém, o imperativo da fluidez é

relativizado por Santos (1997, p.203) quando o mesmo afirma que a “geografia dos fluxos depende, assim, da geografia dos fixos.” Além do mais, salienta que formas e normas trabalham como um conjunto indissociável e que a

fluidez atual é, pois, um resultado da realização conjunta de três possibilidades, provindas da existência de: 1) formas perfeitas universais; 2) de normas universais, e, ao mesmo tempo, de uma desregulação universal; e 3) de uma informação universal, que é base, também, de um discurso universal. (Santos, 1997, p.219).

De acordo com Santos com a “informação tornada ubíqua e instantânea, as formas perfeitas são a condição de possibilidade da imposição de normas à escala do globo” e que o “fenômeno da rede, tão característico de nossa época, assenta sobre esses pilares”. (Santos, 1997, p.220). Formas espaciais, em dimensões e escalas diversas, forjadas pelas forças (e normas) sociais universais são reais ou metafísicas? As regiões clássicas estão a desaparecer em função da falta de padrões espaciais-globais sistêmicos? O padrão é a fluidez, a (des)configuração espacial, a desregionalização? A produção vertical de redes geográficas conforma novas (e velhas) espacialidades?

Entre as normas globais e a reprodução multiescalar de formas espaciais pode-se argumentar ainda sobre quais parâmetros devem ser considerados para favorecer o estudo dos lugares, dos territórios, das fronteiras, das regiões, das paisagens locais e mundiais. Ao inferir que as diferenciações espaciais – regiões em micro e macroescala – (des)obedecem as normas capitalistas globalizantes pergunta-se: que procedimentos metodológicos devem ser tomados para identificar e compreender essas espacialidades e suas relações com a sociedade hodierna?^{xiii}

A REGIÃO E AS VERTICALIZAÇÕES: REAPROXIMAÇÕES COM A GEOPOLÍTICA?

(...) há que construir um novo contexto teórico, dentro do qual possa se encaixar a Geografia Regional. (Forbes,1989,p.106)

Dias (2004) assinala para a dimensão política e escalar da região. Segundo a autora, as escalas devem ser concebidas no interior das relações sociais (conflituosas) e não como produto teórico pré-existente. Salienta que a região institui uma reflexão política de base territorial e que a regionalização constitui instrumento de divisão do espaço. (Dias, 2004, p.170). Para a autora, regionalizar implica num ato técnico e político e que pressupõe, também, reconhecer a dinâmica socioespacial (geral e particular). Importa inclusive discernir sobre as

diferenças conceituais próprias de cada regionalização. Lebon (1976, p.33) afirma que uma “região não é necessariamente completa por si mesma. As regiões com frequência são definidas em função de aspectos específicos, podendo sobrepor-se a regiões definidas por outros critérios”.

Marcelo Escolar (1996, p.129) alerta para o fato de que “qualquer coisa pode ser regionalizada: isso é rigorosamente certo; daí a considerar que a diferenciação geográfica é uma coisa há um salto conceitual no vazio.” Para se desviar desta armadilha “metodológica” deve-se atentar para o uso de conceitos e teorias pertinentes aos objetivos do trabalho e ao respectivo recorte regional como, também, é preciso realizar uma seleção criteriosa dos fenômenos que possuem maior relevância para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Hartshorne (1978, p.41):

A Geografia não pode apresentar todos os fatos de uma área, do mesmo modo que a História não pode registrar tudo que houver ocorrido. Em ambos os campos, na qualidade de estudos de fenômenos integrados, nada se perde com a omissão de fenômenos que, embora relevantes, tenham reduzida, ou nenhuma, conexão com outros fenômenos.

A realização de “cortes temáticos” deve permitir a compreensão de determinado problema - de expressão - regional. Assim, a “variável” escolhida (ou “variáveis” em pequeno número) deve possuir representatividade na constituição regional e, também, significado junto ao tema ou questão. Armand Frémont (1980, p.115) considera que um único atributo pode evidenciar um recorte regional, pois, “o cimento friável do sistema constituído por um pequeno número de inter-relações comuns: um traço climático, uma dependência política ou cultural” capacita, contudo, a condução da análise regional.^{xiv}

Smith (2002, p.139) assinala que a diferenciação espacial proveniente do “antimodernismo conservador de Hartshorne” tem encontrado, na Geografia, renovado apoio. Smith (2002, p.140) afirma que “varios autores han buscado reintegrar la distinción neokantiana de Hartshorne entre métodos nomotéticos e idiográficos énfasis en la generalidad y particularidad respectivamente (...)”.^{xv} De qualquer modo, na Geografia, cortes temáticos e recortes espaciais podem convergir na direção de abordagens regionais tópicas, não necessariamente neopositivistas, mas pautadas teoricamente em princípios, por exemplo, do Materialismo Histórico (ou Geográfico, conforme Soja, 1993) e Dialético. Não é, de fato, interessante estabelecer qualquer dualidade entre as abordagens nomotéticas e as abordagens idiográficas. Por genealogia, a região contém particularidades e entende-se que a interpretação (mesmo que parcial) de determinada região exige o exercício de generalizações teóricas (muitas vezes fora da Geografia). Assim, a região deve ser também compreendida como síntese do particular e do geral, como resultado do global e das horizontalidades.

Estudos tópicos, transescalares, baseados em teorias gerais podem seguir direções diversas, a exemplo da (re)aproximação entre Geografia Política e Geografia Regional. No entanto, pelo quadro geopolítico e geoeconômico em vigor, parecem incontornáveis os limites de uma região definida pela superposição de atributos geográficos variados, ou seja, a reunião de características geomorfológicas, climáticas, fitogeográficas, demográficas, econômicas, etc. dificilmente conforma uma unidade espacial particular. Ao contrário, em termos de singularidade espacial, é mais provável encontrar incongruências – ou nenhuma correlação – entre as muitas “variáveis” selecionadas (ao se tentar, evidentemente, regionalizar conforme esse procedimento tradicional).^{xvi} No contexto atual considera-se mais pertinente, então, demarcar os espaços regionais por meio de um olhar teórico aprofundado e através de um corte (metodológico) verticalizado.

Mesmo que se considere o surgimento de “novas terras incógnitas” (Font e Rufí, 2006), não parece razoável conceber a coexistência de regiões isoladas e (re)formadas endemicamente. A (re)produção cada vez mais complexa do espaço geográfico mundial, as conexões territoriais efetivadas por redes múltiplas, a deslocalização de lugares próximos e distantes dos centros de decisão, os movimentos recorrentes de (des)regionalização, a cristalização de fragmentações e de descontinuidades espaciais, a conformação de enclaves flexíveis, etc. – enfim, novos processos econômicos e geopolíticos do modo de produção capitalista e novos arranjos espaciais conferem às regiões (nas diversas escalas) uma identidade e uma (relativa) coerência resultantes, em grande parte, de domínios externos e, também, de conflitos e “acertos” internos.

A realização de um corte temático – conflitos agrários, por exemplo – vinculado a um recorte espacial diferencia-se, assim, da perspectiva tradicional de regionalização. E a conjunção de ambos – recorte espacial e corte temático – dialoga com os propósitos da análise regional tópica e transescalar. Saliente-se que esse corte temático deve, necessariamente, atrelar-se a um problema de “expressão regional” - não obstante o seu caráter nacional e universal; ou seja, deve haver conexão entre o corte temático e o grau de interferência “do problema” (conflitos agrários, no caso) na conformação do espaço regional.

Registre-se, então, a proposta de ultrapassagem de uma “síntese horizontal” (que, muitas vezes, se assemelha a um resumo fragmentado de componentes geográficos) para uma “síntese vertical” procedente, assim, de análises dialéticas e transescalares. Não por acaso, Lamoso (2008:278) assinala que o “conceito de região permanece adequado como instrumento teórico e prático, se considerarmos que o conteúdo das regiões tem se modificado pela ação de variáveis que surgem a cada período.”

A proposição de uma perspectiva analítica e tópica para espaços regionais apresenta algumas semelhanças com a ideia de “integração parcial” elaborada por Hartshorne (1978, p.152) defensor, portanto, do “estudo tópico de integração elementar”. Hartshorne (1978), porém, não propunha que a Geografia fizesse um resgate às “regiões simples”, mas que se observassem as tramas escalares e

determinados padrões espaciais; nesse âmbito, destacam-se os seguintes enunciados:

Quanto maior o grau de divisão tópica, menor o grau de divisão regional será necessário. (Hartshorne, 1978, p.152);

As relações genéricas podem ser estabelecidas mais prontamente quando lidamos com um reduzido número de variáveis independentes, todas sujeitas a leis similares. (Hartshorne, 1978, p.160).

Esses enunciados dialogam, de uma forma ou de outra, com os propósitos de efetivação de uma análise regional tópica e transescalar. E diante dessas (quase) “lógicas matemáticas” hartshorneanas pode-se refletir sobre suas “razões proporcionais” que, por condição metodológica, requisitam a realização de operações geográficas transescalares. No entanto, cabe ressaltar ainda que qualquer recorte regional, subjetivamente definido, depende não somente das pretensões acadêmicas em questão, mas, também está diretamente vinculado às condições geográficas objetivas. Sobre essa problemática regional envolvendo escala, subjetividade-objetividade, ontologia e teleologia espacial, Escolar (1996, p.136) salienta:

As regiões, conseqüentemente, são os âmbitos pluriescalares de pertencimento simbólico e de referência nominativa dos sujeitos constituídos no cotidiano das práticas e por intermédio dos conteúdos e meios informáticos disponíveis (...) A regionalidade é a expressão subjetiva das objetivações geográficas e sociais concretas (...).

Bezzi (2004, p.256) afirma que apesar de “fundamental, a delimitação da região jamais poderá ser rígida, uma vez que a dinâmica do espaço não permite cortes bruscos em sua delimitação.” E completa: “A região é, portanto, uma dimensão escalar do espaço, que se concretiza, se empiriciza mediante uma funcionalização do poder (...)” (Bezzi, 2004, p.256). Nesse sentido, Coraggio (1987, p.71) entende que:

El procedimiento para identificar regiones contiene elementos subjetivos (como por ejemplo la selección de una u otra relación y su reconstrucción teórica como punto de partida), pero se concretiza sobre la base de las determinaciones objetivas que tiene tal relación en la situación real específicamente investigada. Para poder efectivamente identificar regiones, el fenómeno analizado deberá estar *objetivamente regionalizado*. En otras palabras, la organización espacial que le corresponde deberá estar conformada en forma de âmbitos particularizados de la relación o en áreas homogêneas diferenciables.

Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p.196) aborda a regionalização (e a região) como “fato” e como “ferramenta”, assim, segundo a autora, a “regionalização *como fato e como ferramenta*, envolve ideologia e recursos político-administrativos. (...)”. Para a autora, ambas “regionalizações produzem e expressam a questão regional e, portanto, a região como espaço herdado e como dinâmica política plena.” Quanto ao exercício de regionalização, Haesbaert (2010:186) considera que o “mais importante é ter consciência do tipo de questão a ser colocada e/ou do tipo de resposta/objetivo a ser alcançado e, ao mesmo tempo, das limitações e consequências (políticas, inclusive) que o “mais importante é ter consciência do tipo de questão a ser colocada e/ou do tipo de resposta/objetivo a ser alcançado e, ao mesmo tempo, das limitações e consequências (políticas, inclusive) que cada posição implica.” Em relação à região como “arte-fato” acrescenta que:

Ler a região a partir do que denominamos *articulação* do espaço, na imbricação de artifício metodológico e de fato concreto, vivido (e, enquanto vivido, com todo seu valor simbólico, mais subjetivo), significa, também, enfatizar em nossa abordagem a “ação” e a figura dos “agentes”, ou melhor, dos sujeitos sociais em questão, pois são eles que, efetivamente, envolvidos com seu meio (não humano inclusive), constroem as diferenciações geográficas que levam à elaboração de nossas distintas regionalizações. (Haesbaert, 2010, p.187).

Reduzida a uma criação da mente do pesquisador, Hartshorne (1978, p.141) entendia que a região, decorrente da perspectiva tópica, “é a expressão territorial de uma generalização lógica de relações de processos (...)”. Posto assim, nos termos de Hartshorne, a síntese tradicional da Geografia Regional de Vidal de La Blache (e de outros clássicos) deveria conviver com a região derivada do exercício da generalização. Desta forma, Hartshorne (1978) se colocava favorável, também, à região como produto de generalidades geográficas, uma região como construção científica, como “generalização lógica”.^{xvii}

De acordo, então, com a posição de que um recorte regional não pode se perder no “vazio conceitual”, considera-se que a demarcação (regional) deve, *a priori*, ser “iluminada” por um (ou não muito mais do que um) processo - social e/ou natural - responsável pela caracterização espacial (em evidência). Cabe indagar, se esse procedimento, para efeito de recortes espaciais, tem alguma associação teórica com a observação de Massimo Quaini (1992) sobre a Geografia (tornar-se) subversiva.

Com base em Quaini (1992), a Geografia Humana até a sua “terceira fase”^{xviii} era humana, mas não social – com ressalvas, segundo o autor, à geografia (social) de Max Sorre. Quanto ao “itinerário epistemológico” da Geografia Humana, Quaini (1992, p.54) assinala que “vai desde uma visão naturocêntrica ao antropocentrismo, desde o determinismo ambiental à autodeterminação humana, à libertação de estruturas territoriais alienantes.” No tocante aos estudos regionais, a terceira fase, para Quaini (1992), compreenderia a produção

de uma Geografia (Regional) subversiva que, na direção contrária às abordagens hegemônicas das fases anteriores, assumiria uma leitura crítica do espaço socialmente produzido.

Paralelamente aos apontamentos de Quaini (1992), Benedetti (2009) correlaciona cada perspectiva regional a um determinado período epistemológico da Geografia. Trata da região político-cultural como “última expressão”, assim, segundo Benedetti (2009), a região político-cultural recupera a ideia da construção subjetiva do espaço pelo sujeito coletivo. Para o autor, esta perspectiva não desconhece a dimensão material da região e, inclusive, valoriza sua dimensão simbólica, sua construção histórica, as relações de poder, etc.. Benedetti (2009:s.p.) salienta ainda que, nesse caso, “región y territorio aparecen en algunas propiedades como categorías equivalente.” Para o autor essas “regiones son un proceso histórico abierto, en permanente transformación, por las prácticas materiales y culturales de la sociedad. Entidades contigentes, imaginadas.” (Benedetti, 2009:s.p).

Na visão de Benedetti (2009:s.p.), por intermédio desse enfoque alicerçado na região político-cultural, “se pueden reconocer diferentes escalas espaciales y temporales en el proceso de construcción regional, donde intervienen sujetos sociales e institucionales de la más variada gama”. Portanto, para Benedetti (2009) desde meados de 1980 a região é abordada como regionalismo, como ideologia territorial, como processo de construção de identidades sub e supra estatal-nacionais e que, a partir de então, houve “revitalización de las geografías política, histórica y regional, giro cultural en geografía (...)” (Benedetti, 2009:s.p.).

Essa concepção de região político-cultural - apesar de demasiadamente genérica e ampla - tende a reestabelecer conexões entre região e poder, assim como pode contribuir para o desfecho de seu relativo confinamento escalar^{xix}. “A região, portanto, é um espaço-momento articulado, em processo mais ou menos intenso de transformação (ou de ‘des-territorialização’, se enfatizarmos as relações de poder), envolvendo múltiplas dimensões e escalas (...)” (Haesbaert, 2010, p.196).

Contudo, com referência à reaproximação, por exemplo, da região com a (geo)política na Geografia, importa registrar que a definição pela análise, por exemplo, de grandes espaços regionais, não implicaria em um retorno à Geografia Política clássica.^{xx} Todavia, ao se propor uma articulação tópica entre Geografia Política e Geografia Regional macroescalar (segundo, portanto, um corte temático previamente decidido) deve-se, então, considerar a região em que termos?

Dentre vários aspectos, Hildebert Isnard (1982) adverte para a condição alienada das regiões periféricas no *sistema mundo*. Nesse sentido, cabe indagar se a coerência interna e a coesão regional (relativas) de conjuntos espaciais como América Latina, Maghreb, Indochina, Leste Europeu, Oriente Médio, etc. se definem, principalmente, pela dinâmica imperialista do centro capitalista. Para Isnard (1982, p.231):

A comunidade mundial que foi durante muito tempo uma justaposição de unidades independentes, transformou-se

assim num sistema mundial cuja coerência se baseia na interação das partes constitutivas num sistema complexo que apoia o seu dinamismo nas contradições resultantes da desigualdade das relações entre seus componentes.

Isnard (1982, p.236) ao tratar o espaço geográfico na escala mundial ressalta, então, o papel orientador da Geografia na definição dos “subconjuntos espaciais aos quais se aplicarão estratégias que inscreverão na estratégia global visando a resolução dos problemas próprios do conjunto mundial (...)”. Capel (2002, p.22) trata dos vínculos entre a Geografia Regional e Geografia Política, inclusive, na macroescala:

El 11 de septiembre ha hecho tomar nuevamente conciencia de la importancia de la dimensión geopolítica y de los estudios regionales, algo sobre lo que los geógrafos tenemos una larga tradición de investigaciones, que ahora habría que retomar y replantear, integrando las perspectivas de una geografía política general y las de la geografía regional.

Conforme Maria Adélia de Souza para “que a Geografia contribua para a compreensão do mundo” (e da realidade concreta) “é preciso estar atento às armadilhas do mundo novo”, portanto, é necessário “que os geógrafos exponham, com clareza, seus conceitos mestres.” (Souza, 1995, p.17-18). Segundo Souza (1995, p.19) o trabalho geográfico “precisa revelar em que medida a nossa escolha para reflexão possibilita a compreensão do mundo.” E acrescenta:

Atenção, no entanto, à Geografia dos espaços da Globalização – essa Geografia do capitalismo que gera espaços desiguais. Trata-se de uma desigualdade de novo tipo (...)Sob esse prisma, por exemplo, precisamos rediscutir a questão do desenvolvimento desigual e a tão comentada teoria da dependência. (Souza, 1995, p.19).

Nesse sentido, Wettstein (1991, p.63-64) questiona sobre quais os temas “deveriam suscitar mais atenção em um curso universitário de Geografia Política” Apesar de menos comuns, não são menos importantes, as pesquisas que partem de definições temáticas ou tópicas para realização de análises regionais (macroescalares). Assim, se caracterizam por uma abordagem regional comparativa (como apontaram Ritter ou Lüdde) e/ou pelo diálogo direto entre a Geografia Sistemática e a Geografia Regional ao focar, por exemplo, na macroescala, as “reformas agrárias na América Latina” ou, então, “o petróleo no norte da África”. A noção de que a primeira abordagem regional dialoga mais com a Geografia Agrária e que o segundo exemplo pressupõe vínculos com a Geografia

Econômica é compatível, portanto, com um dos princípios norteadores da análise regional tópica.

REFLEXÕES FINAIS

A admissão de determinados conceitos e a escolha de uma teoria geral devem fundamentar uma análise regional tópica. Na direção (do exemplo) de um reencontro entre Geografia Política e Geografia Regional podem ser considerados como componentes metodológicos básicos: 1) a aplicação de conceitos não exclusivos, mas característicos da Geografia Política como fronteira, Estado, democracia, totalitarismo, nacionalismo, federalismo, soberania, poder, revolução, reforma, liberalismo, golpe, etc.; 2) o uso de teorias e/ou de um marco teórico específico - como o imperialismo e/ou o Sistema Mundo ou, por exemplo, os postulados da Escola de Regulação.

Todavia, a utilização de conceitos e teorias gerais não provenientes da Geografia exige cuidadoso diálogo com a Sociologia, com a Economia Política, História, etc.. Essa “apropriação” teórica e conceitual externa à Geografia não deve significar, entretanto, negação de sua identidade epistemológica. Deve, assim, sinalizar para uma construção que reconheça, inclusive, lacunas no interior da Geografia Geral e Regional. Torna-se pertinente reforçar determinados princípios filosóficos - da ciência e do conhecimento em geral - que valorizam a pesquisa não convencional e menos corporativa; necessário também, sustentar a ideia de construção gradual e acumulativa dos campos disciplinares que se encontram relativamente estagnados (e que possuem pouca autonomia em termos de formulação teórica). Não por acaso, Forbes (1989) considera necessária a elaboração de uma nova abordagem teórica, para que se possa desenvolver a Geografia Regional. A concepção de *região temática* pode se constituir em um caminho interessante, profícuo.

Conforme José Ortega Valcárcel (2000, p.539) uma Geografia Regional renovada não pode fundamentar-se na simples reconstituição de velhos enfoques. A região não pode ser tratada como um aglomerado de elementos naturais e humanos e nem reduzida à mera representação subjetiva e simbólica. Segundo Ortega, a Geografia Regional só adquire sentido (como uma disciplina de análise e de explicação dos processos que atuam na produção/diferenciação espacial) ao se ocupar das práticas associadas aos processos de diferenciação do espaço geográfico em diferentes escalas e, também, ao se dedicar às práticas de divisão do espaço pelo poder. Para Ortega (2000, p.540):

La posibilidad de una geografía regional renovada sólo puede considerarse desde la perspectiva de una disciplina o rama de la geografía cuyo objeto sean las prácticas, procesos y representaciones vinculadas, por un lado, al ejercicio del poder, en la división y organización territorial y, por otro, a los fenómenos y procesos de diferenciación del desarrollo en áreas de mayor o menor extensión, local o intermedia. En el

primer caso, como una geografía regional próxima a la geografía política.

Firmam-se, desta maneira, ideias a favor da revalorização da Geografia Regional e da Região conforme, notadamente, as possibilidades da perspectiva tópica, dialética, transescalar e analítica. No sentido contrário dos diversos movimentos verticais de intensificação das fragmentações - dos humanos, das ciências, do espaço - importa desenvolver pesquisas regionais críticas, abrangentes e que assumam, metodologicamente, a totalidade e as particularidades. O combate à alienação espacial requisita, inclusive, renovações e avanços teóricos e metodológicos na Geografia Humana.

Desta forma, além das pesquisas dos *lugares* e dos *territórios*, os estudos das *regiões* constituem, também, alternativa para avaliação das (des)ordens estabelecidas. A região temática, concebida como fato e ferramenta, interpretada a partir das verticalizações e horizontalidades, analisada nomotética e ideograficamente denuncia a investigação de espacialidades contínuas, reticulares, coesas, estáveis, conflituosas, desiguais, contraditórias, subversivas e/ou subordinadas.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. A Evolução do Pensamento Geográfico e suas Conseqüências sobre o Ensino da Geografia. In: **Revista Geografia e Ensino** n°1, ano 1. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 1982; pp. 5-18.

BENEDETTI, A. Los Usos de la Categoría Región en el Pensamiento Geográfico Argentino. In: **Scripta Nova**. Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona. Vol. XIII, n° 286, 2009. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-286.htm>. Acessado em 08/04/2011.

BEZZI, M. L. **Região: uma (Re)visão Historiográfica** – da Gênese aos Novos Paradigmas. Santa Maria: UFSM, 2004.

CAPEL, H. La Geografía después de los Atentados del 11 de Septiembre. In: **Terra Livre 18** – Mudanças Globais. Ano 18, vol.1, jan.jun. São Paulo: AGB, 2002; pp.11-36.

CORAGGIO, J. L. **Territorios en Transición. Crítica a la planificación regional en América Latina**. Toluca/México: Universidad Autónoma del Estado de México, 1987.

DIAS, L. C. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil Século XXI** – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas. São Paulo, Max Limonad; 2004; pp. 161-172.

DINIZ FILHO, L. L. Contribuições e Equívocos das Abordagens Marxistas na Geografia Econômica: um breve balanço. In: **Terra Livre 18** – Mudanças Globais. Ano 18, n° 18, vol.1, jan.jun. São Paulo: AGB, 2002; pp. 143-160.

ESCOLAR, M. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FLORES, L. F. B. N. **Região e Nação**: novas fronteiras. In: ZARUR, G. C. L. (org.) *Região e nação na América Latina*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000; pp. 17-24.

FONT, J. N. e RUFÍ, J. F. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FORBES, D. K. **Uma Visão Crítica da Geografia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil Século XXI** – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas. São Paulo, Max Limonad, 2004; pp.173-193.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec/USP, (2ªed.), 1978.

HORTA, C.A.C. Escala Espacial e Geografia: pela transposição da região. In: **GEOgrafias**. N°2, V. 9. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 2013; pp. 87-103.

_____. Geografia Humana: “desregionalização” (in)consequente? In: **Terra Livre 38** – A Solidariedade Contraditória entre Conhecimento e Educação. Ano 28, n°38, v.1, jan-jun. São Paulo: AGB, 2012; pp.121-146.

ISNARD, H. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus. (4ªed.), 1997.

LAMOSO, L. P. Um Ensaio sobre Região e Regionalização: desafios epistemológicos e políticos. In: OLIVEIRA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, 2008; pp. 270-279.

LEBON, J. H. G. **Introdução à Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Zahar. (3ªed.), 1976.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B., LIMA, L. C. e ELIAS, D. (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006; pp.65-75.

LÉVY, J. Os poderes do habitar: o indivíduo contemporâneo e a globalização. In: OLIVEIRA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj; 2008; pp. 19-29.

LIMONAD, E. Regiões Reticulares: algumas considerações para compreender as novas formas urbanas. **Cidades** (Presidente Prudente), São Paulo: UNESP; v.7; 2010; pp.1-15.

_____. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004; pp. 54-66.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Pensar e Ser em Geografia**. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo). In: SILVA, J. B., LIMA, L. C. e ELIAS, D. (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006; pp.11-27.

_____. Nossos Clássicos. Alfred Hettner (1859-1941). In: **GEOgraphia – Revista da Pós-graduação em Geografia da UFF**. Ano II, n° 3. Niterói/RJ:UFF/EGG, 2000; pp. 141-142.

OLIVEIRA, A. U. O Modo Capitalista de Pensar e suas “Soluções Desenvolvimentistas” para os Desequilíbrios Regionais do Brasil: reflexões iniciais. In: **Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo**; N° 3. São Paulo: USP, 1984; pp. 21-36.

OSÓRIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, (2ªed.), 2019.

ORTEGA, J. V. Los horizontes de la geografía (capítulo 24). In: **Los horizontes de la geografía – Teoría de la Geografía**. Barcelona: Ariel, S.A., 2000; pp.493-596.

QUAINI, M. **A Construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (2ªed.), 1992.

RIBEIRO, A.C.T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R.(orgs.). **Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas.** São Paulo: Max Limonad, 2004; pp.194-220.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec (2ªed.), 1997.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec/USP, 1978.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SMITH, N. Geografía, Diferencia y las Políticas de Escala. In: **Terra Livre 19 – Geografia, Movimentos Sociais e Teoria.** Ano 18, vol. 2. jul/dez. São Paulo: AGB, 2002; pp. 127-146.

SOUZA, M. A. A. A Geografia e o Conhecimento do Mundo. In: **Anais – I Encontro. A Geografia e as Transformações Globais.** Conceitos e Temas para o Ensino. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995; pp. 15-20.

TAYLOR, P. J. **Geografia Política – economía-mundo, Estado-nación y Localidad.** Madri: Trama Editorial, 1994.

WETTSTEIN, G..La Geografia Politica en el marco de una corriente de pensamiento geografico latinoamericano. In: **GEOSUL – Revista do Departamento de Geociências – CFCH/ UFSC, nº 10; ano V., 1991; pp.46-70.**

Contato com o autor: celio@igc.ufmg.br

Recebido em: 03/12/2024

Aprovado em: 20/03/2026

ⁱ Conforme Santos (1978, p.10) a região não existe por si mesma, pois é “definida sobretudo do exterior, seus limites mudam em função dos critérios que lhe fixamos.” E acrescenta que a Geografia Geral “encontrará sua base não propriamente na Geografia Regional, mas talvez numa Geografia Setorial, eminentemente tributária dos comportamentos econômicos e dos comportamentos sociais.” (*Ibidem*). Posteriormente Santos (1997) reconhecerá a coexistência das velhas e novas regiões.

ⁱⁱ David Harvey (2005), por exemplo, nega a existência, na atualidade, de qualquer “coerência regional”. A circulação de capitais mundiais, segundo o regime de acumulação flexível, produz os *localismos globalizados* reconformando, assim, a divisão espacial do trabalho e reproduzindo uma “desregionalização” geral e crescente em função da maior fluidez dos capitais fixos (componentes básicos da “destruição criativa”); a denominada “inércia geográfica” parece ainda confundida, na Geografia Humana, com o “desaparecimento” dos fixos, com o fim das regiões. Acrescente-se a esta leitura a velha adesão, entre os geógrafos, aos postulados de Francisco de

Oliveira (1993). Vale ressaltar que Oliveira (1993) trata do fim das regiões “clássicas” (talvez as regiões francesas, as regiões de La Blache, etc.) - não trata de outras - e destaca a manutenção das “zonas de localização diferenciada de atividades econômicas”; conceitualmente, os “espaços econômicos diferenciados” de Oliveira (1993) - terminologia não desenvolvida teoricamente pelo autor - guardam grandes semelhanças com as regiões econômicas (não *territórios* ou *lugares*) resultantes do caráter desigual e combinado do modo de produção capitalista. Sobre a problemática ver Diniz Filho (2002) e Horta (2012).

iii Lacoste (1997, p.132) assinala que os geógrafos, de um modo geral, “preferiram ignorar” obras como “*A França de Leste*, de Vidal de La Blache, e sobretudo a de Eliseu Reclus (...)”; segundo o autor nesta obra de La Blache há enorme importância dos processos geopolíticos.

iv A Geografia, para Hettner, possuía como objeto central a diferenciação espacial; argumentava que a “Geografia não era uma ciência nomotética ou idiográfica. Era tanto uma como outra.” (Lencioni, 2006, p.122).

v Em relação às proposições de Hartshorne persistem, muitas vezes, no pensamento geográfico algumas confusões interpretativas; é necessário demarcá-las a partir das críticas de Fred Schaefer (1953). Há revisões importantes do autor no livro “Propósitos e Natureza da Geografia” (1959) quando comparado a “A Natureza da Geografia” (1939). Conforme Osvaldo Bueno Amorim Filho (1982, p.12), Schaefer (1953) “criticava o fato de que a geografia, tal como estava sendo praticada, vinha se convertendo numa acumulação sem fim de pesquisas sobre lugares particulares (...)”. Schaefer defendia que os geógrafos deveriam desenvolver leis e realizou críticas importantes aos primeiros trabalhos de Hartshorne.

vi “Os sistemas comuns de ‘regiões climáticas’, (...) ‘regiões agrícolas’ ou ‘regiões industriais’, não implicam a integração de elementos. Tratam-se de generalizações (...)” *op. cit.*, p.140. O autor dividia, assim, grosso modo, outros dois tipos regionais: as **regiões específicas** e as **regiões genéricas**.

vii Não confundir com a *Região Funcional* adotada pela Geografia Teorético-Quantitativa. Segundo Lencioni (2000, p.134) “desenvolveu-se uma íntima relação entre os estudos regionais e o planejamento regional (...) a região se tornou um instrumento técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço.” Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984, p.24 e 28) salienta que no decorrer da “Geografia Quantitativa” a região funcional ou polarizada ganhou destaque, assim, “o capital internacional se realizava ‘regionalizando-se’ (...)”; a internacionalização das economias nacionais se concretizava via polos regionais, “a teoria de polarização de François Perroux, que na França, já estava definitivamente incorporada à geografia ativa a-criticamente, é agora também incorporada à produção do saber geográfico regional no Brasil.”

viii “Do mesmo modo que não há um tempo global, único, mas apenas um relógio mundial, também não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes.” (Santos, 1997, p.268).

ix “Sociais em um sentido amplo que envolve as diferentes práticas espaciais relativas a reprodução das relações sociais de produção, não no sentido restrito dos economistas, mas em um sentido amplo envolvendo todas as esferas da vida social, que no capitalismo correspondem à reprodução da família, da força de trabalho e dos meios de produção, em que interagem uma ordem próxima e uma ordem distante, o cotidiano e as instituições.” (*Ibidem*).

x “Não é mais a cidade, enquanto ‘unidade’, que comanda a organização do espaço, mas um conjunto que pode ser denominado tanto ‘cidades-região’ como ‘redes regionais de cidades’, emergindo assim como ‘um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial’ (p.11).” (Haesbaert, 2010, p.87).

xi Conceito situado no “painel dos grandes quadros espaço-temporais que constituíram as formações geográficas na história” (Moreira, 2007, p.41).

xii “Constrói-se, assim, um padrão espacial constituído de nós e redes (...) que materializa as condições gerais de produção da economia globalizada.” (Lencioni, 2006, p.71).

xiii Percorrer o fluxo dos capitais oligopolistas sem se ocupar devidamente, por exemplo, dos espaços (regiões, lugares, fronteiras e territórios) onde transitam ou moram os trabalhadores (e outros sujeitos espaciais) não parece uma atitude coerente com quem se coloca contrário ao *status quo*. As influências dos “discursos hegemônicos” sobre o conhecimento elaborado nas Universidades são merecedoras de análises epistemológicas. Para além do **fim das regiões**, postularam - desde os anos de 1990 - sobre o fim do Estado, o desfecho da História, a inoperância de conceitos como revolução, luta de classes, etc. De certa forma, no campo das ideias, preceitos do Neoliberalismo “conquistaram” alguns geógrafos e geógrafas que se colocam “à esquerda”. Osório (2019, p.9), por exemplo, precisou anunciar o “retorno” do Estado: “o capitalismo necessita de um sistema interestatal para se reproduzir e a atual etapa da mundialização precisa do Estado-nação para operar (...)”.

xiv Afirmativa importante; todavia não retratamos a região como *espaço vivido*. Consideramos que o conceito de **lugar** - e não de região - possui expressividade na perspectiva fenomenológica da Geografia.

xv A superfície terrestre para Harsthorne é o “campo explicativo do geógrafo” e a diferenciação de área é o enfoque (Moreira, 2008, p.37).

xvi Uma composição de características geográficas - relevo, solo, clima, vegetação, população, produção agrícola, industrialização, comércio, etc. - não se trata, exatamente, de uma síntese regional. Uma disposição não articulada de componentes geográficos dificulta a construção de uma circunscrição coerente do espaço regional e pouco favorece para desvelar a singularidade do mesmo. Essa “síntese” - um apanhado geral de características múltiplas do espaço - permite que se obtenha, não sem importância, uma visão generalizada, introdutória do espaço.

xvii O autor, após as críticas de Schaefer, ultrapassa a ideia de região como **unidade-área**.

xviii 1. A fase do determinismo; 2. A fase do possibilismo e 3. “A fase de superação definitiva do ecologismo e de um novo papel social da geografia humana” (Quaini, 1009, p.49).

xix Em termos escalares, para alguns geógrafos, o subnacional define, *a priori*, a região. É concebida, não raramente, apenas como uma circunscrição dos espaços nacionais. Apesar do tratamento multiescalar, um dos problemas desta concepção - região político-cultural - é que na sua amplitude e generalização tudo pode estar contido; é preciso, inclusive não perder de vista os conceitos de lugar e território. As categorias espaciais podem ser complementares e articuladas, mas não confundidas.

xx Muitos trabalhos - macroescalares, na maioria - estavam (ou se tornaram) comprometidos com os grupos dominantes e/ou com o Estado imperialista, como o caso de algumas das produções de Friedrich Ratzel (1844-1904), de Alfred Mahan (1840-1914) e de Karl Haushofer (1869-1946), por exemplo. Esta antiga conexão entre macroescala e ideologia (dominação) afastou muitos geógrafos dos estudos da escala nacional e mundial, situação geradora de empobrecimento no campo das pesquisas na Geografia Humana. Sobre escala e região ver Horta (2013).